

Depos 4

ANEXO I

DECLARAÇÃO

1 — Manuel Nogueira Feitor, titular do cartão do cidadão N° 02187709 2ZZ7, residente na Travessa da Cabreira n°103, Leiria Gare, 2415-637 Leiria, na qualidade de representante legal de Tendas e Estruturas Feitor, Lda, número de identificação fiscal 503304077 e sede em Travessa da Cabreira 103, Leiria Gare, 2415-637 Leiria, adjudicatário no PROCESSO N° 065/AJD/SA/17, ALUGUER, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS PARA A FEIRA NACIONAL DE ARTESANATO E TASQUINHAS DE POMBAL 2017, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n° 1, do artigo 21° do decreto-lei n° 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45° da Lei 18/2003, de 11 de Junho, e no n° 1 do artigo 460° do Código dos Contratos Públicos (6);

d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento;

2- O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55° do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456° do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Leiria, 27 de Setembro de 2017

Assinatura (11)

Tendas Estruturas Feitor, Lda

Manuel Nogueira Feitor
1/1